N.º 121 Nova Série DEZEMBRO 1976

O TEMPO E O MODO

PREÇO: 20$00

BIBLIOTECAS MUNICIPAIS DE LISBOA

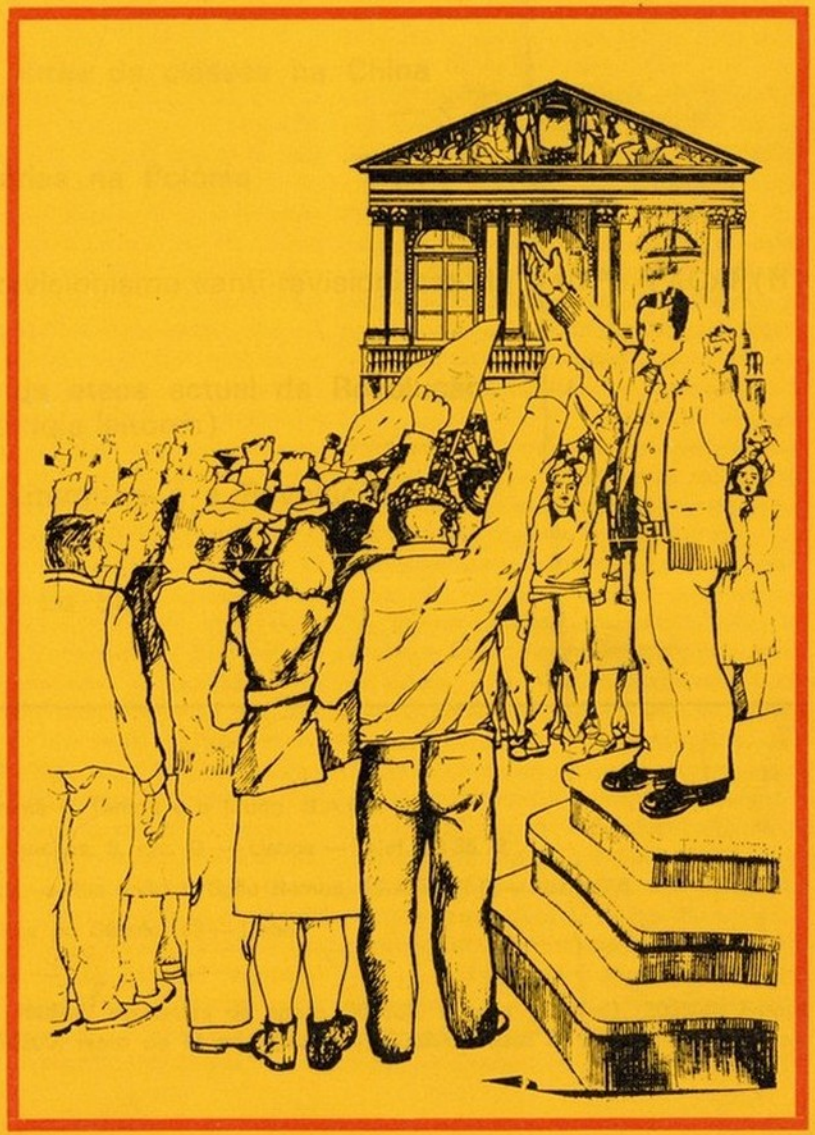
AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS

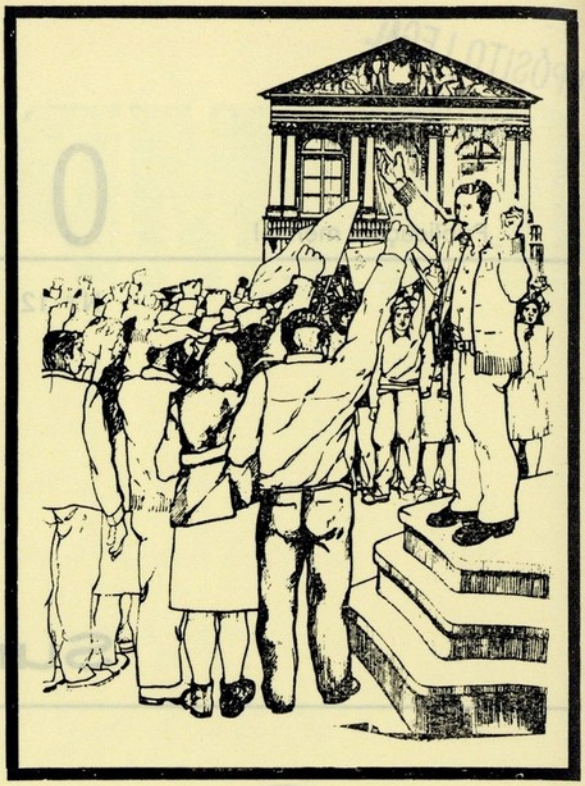
Acerca do revisionismo «anti-revisionista» da U«DP»/P«C»P (R)

Lutas operárias na Polónia

A questão da etapa da Revolução

Lu Sin— Literatura e Revolução





As eleições para as autarquias locais

1. ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS LOCAIS E INSTITUCIONALIZAÇÃO DO ESTADO BURGUÊS

A Constituição fascista de 1933 sintetizava os princípios e orgânica de um «Estado Novo», corporativo-fascista, definindo as relações de poder entre os diversos componentes desse Estado e a forma pela qual era permitido aos cidadãos intervirem na renovação e na vida dessa máquina de opressão do povo.

As autarquias locais eram engrenagens importantes da máquina do Estado fascista, e, as principais entre elas, os municípios, não eram eleitas por sufrágio directo mas formados por nomeação governamental. Apenas as juntas de freguesia eram «eleitas pelos chefes de família», através de burlas eleitorais que naturalmente conduziram à total desmobilização dos «chefes de família» na sua eleição. As autarquias do «Estado Novo» mostravam em toda a sua crueza serem os órgãos de opressão sobre o povo. Elas eram a expressão local do poder do Estado dos monopólios e dos latifundiários, odiadas pelas massas que sobre elas não tinham quaisquer ilusões.

Com o 25 de Abril a burguesia portuguesa e os vários sectores do imperialismo concretizam uma manobra tendente a manter o regime de opressão e exploração capitalista e a opor-se à corrente ascendente da Revolução. Com o 25 de Abril a burguesia procura encontrar novas formas para a sua ditadura de classe, formas que consigam iludir o proletariado, impedindo-o de levar até às suas últimas consequências a Revolução Democrática Popular. Para tanto é-lhe indispensável encontrar e poder impor uma forma de Estado adequada. Esse novo tipo de Estado burguês, aquele que lhe foi possível definir ao longo dos dois últimos anos no turbilhão de uma intensa luta de classes, foi finalmente legitimado através de uma nova Constituição burguesa aprovada pela classe dominante em 2 de Abril de 1976.

A substituição das formas de Estado saídas do golpe de 25 de Abril por um Estado do capital monopolista sob uma forma democrático-burguesa correspondeu a um certo acordo provisório entre todos os sectores da burguesia. Desde então, pesem embora as constantes disputas de fascistas e social-fascistas para promover a sua própria solução, toda a classe dominante assentou que esta forma de Estado é a que, de momento, lhe serve para se opor à Revolução, para estancar as tentativas da classe operária e dos camponeses em criar o seu próprio poder. Brandindo a Constituição, a classe dominante tenta superar a crise do Poder, inculcando no seio do proletariado e do povo uma série de ilusões reformistas e constitucionalistas, procurando fazer crer que a Constituição burguesa de 2 de Abril é uma Constituição popular. Ao pôr de pé o seu Estado Constitucional a burguesia procura governar, procura solidificar a sua opressão de classe, no consenso de que «a omnipotência da «riqueza» está mais segura nas repúblicas democráticas, pois não depende da má envoltura do capitalismo... A república democrática é o melhor revestimento político que pode ter o capitalismo e logo o capital, para dominar» (1).

Apesar das grandes dificuldades em fazer vingar a democracia burguesa no nosso país, há quem continue a tentar. No artigo 237.º da Constituição pode ler-se: «1. A organização democrática do Estado compreende a existência de autarquias locais. 2. As autarquias locais são pessoas colectivas territoriais, dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas».

Assegurada que foi a eleição de uma Assembleia da República, isto é, de um parlamento do capital eleito pelo povo; e assegurada que foi a eleição do Presidente da República, falta à classe dominante a eleição dos «representantes do eleitorado» nas autarquias locais... para que a Constituição se cumpra, para que o Estado burguês «se legitime».

---

(1) — Lénine, «O Estado e a Revolução».

2 PARTICULARIDADES DAS AUTARQUIAS LOCAIS ENQUANTO ÓRGÃOS DO PODER BURGUÊS

A par da sua organização central concentrada nas grandes cidades, qualquer Estado moderno necessita de órgãos regionais e locais espalhados por todo o território nacional. Para o Estado capitalista trata-se de assegurar em todo o lado a dominação de classe da burguesia, marcar com o selo do regime capitalista e manter sob controlo toda a vida produtiva, política e social. Obviamente, a Constituição apresenta-nos as autarquias como os órgãos que «visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas». Obviamente, não é essa a sua finalidade.

De facto, sendo as autarquias partes integrantes do Estado burguês elas existem para assegurar a presença do poder desse Estado em toda a parte, e o seu âmbito local interessa para atender às necessidades infraestruturais e políticas da burguesia nas regiões e localidades mais diversas e para abafar e iludir as grandes necessidades vitais das populações, por forma que apenas se satisfaçam as reformas que à classe dominante não se mostrem desfavoráveis.

Na actual situação concreta, em que órgãos da vontade popular como as comissões de moradores e outras comissões do povo, apesar de ainda débeis se mantêm com vida, uma luta renhida entre as duas classes se trava, a burguesia para os desvirtuar e esmagar e o proletariado para os defender e erguer. Uma das funções que a classe dominante reserva às suas «autarquias democráticas» é a de desferirem um ataque certeiro aos órgãos da vontade popular local, pondo-os a reboque das freguesias e municípios, fazendo deles meros executores da política do Estado.

A letra da Constituição é um testemunho do plano que toda a burguesia adoptou para apertar na malha burocrática do aparelho de Estado as organizações de vontade dos moradores aí designadas por «organizações populares de base territorial». Estabelece o artigo 248.° que «a Assembleia de Freguesia pode delegar *nas organizações de base territorial* tarefas administrativas que não envolvam um exercício de poder de autoridade.» *(sublinhado nosso). Estabelece ainda no seu artigo 266.°, ponto 2, as seguintes funções: «às organizações populares de base territorial compete realizar as tarefas que a lei lhes confiar ou as organizações de freguesia nelas delegarem».*

Como principais aliados e executores deste plano contra os órgãos de vontade popular local conta toda a classe dominante com a acção exemplar dos social-fascistas do P«C»P e do M«D»P-C«D»E. De facto, embora blasfemem contra os «ataques da direita reaccionária» às «organizações populares de base», têm-se encarregado por sua conta de os tentar subjugar inteiramente ao Estado burguês. Não há dúvida que cumprem a Constituição, e com excessos de zelo... Nas teses aprovadas no VIII Congresso o partido revisionista não esconde as suas tentativas de pôr as Comissões de Moradores a reboque das autarquias locais dando-lhes como missão «a dinamização da vida política local (inclusive vitalizando as autarquias)».

Finalmente outra questão central para compreender as particularidades da organização das autarquias locais enquanto instâncias do poder burguês, é atender a que se encontram indissoluvelmente ligadas e subordinadas aos outros órgãos do poder político estatal, a toda a máquina burocrática e militar, usando da GNR, da PSP, de todas as forças repressivas do capital, indispensáveis apoios no cumprimento da lei (*), obedecendo por sua vez aos ministros, Governo, tribunais, Presidente da República, etc. Este aspecto deve ter-se bem presente quando revisionistas e conciliadores reivindicam os princípios constitucionais da «descentralização administrativa» e da «autonomia financeira» (que a Constituição contém em estreitos limites, definidos na lei), para daí concluirem que as autarquias locais, agora, possuem uma grande independência em relação ao Estado que vai ao ponto de as próprias populações poderem, através delas, exercer controlo sobre esse Estado, exercerem um poder seu.

3. AS ELEIÇÕES E A NATUREZA DE CLASSE DO ESTADO

Os comunistas, ao definirem a sua táctica de concorrerem a umas eleições do Estado burguês, têm sempre presente que vão concorrer aos órgãos de um Estado que o proletariado e demais classes revolucionárias têm de destruir para vencer a exploração.

A natureza de classe do poder político existente, e logo, a natureza dos órgãos de Estado a eleger, eis o guia de toda a táctica.

A questão central do poder político não pode ser esquecida pelo proletariado revolucionário e pelo seu partido em qualquer circunstância, sob pena de se vender a autonomia política da classe operária, de se trocar o marxismo pelo revisionismo. Aquilo que foi criado à medida da burguesia só pode servir a burguesia. O Estado burguês não pode servir o proletariado pois não está apto a cumprir os objectivos da classe operária.

Assim, as autarquias locais consignadas na Constituição não poderão jamais ser órgãos dos operários e camponeses, não poderão jamais, no seu conjunto, estar ao serviço do povo, a não ser que se negassem a si mesmos. Estes órgãos, tal como os vamos eleger, nunca poderão ficar ao serviço do povo, apesar de os revisionistas fazerem correr muita tinta a fim de nos convencerem de tal. No entanto, a direcção política que possuírem terá influência no rumo da Revolução, no avanço da consciência e da organização das massas.

Participar, boicotar, apoiar certas forças políticas, enfim, definir uma táctica para umas eleições como as actuais, tem de ter em conta, além da natureza do poder dos mesmos, a situação das classes, o estado de avanço e de amadurecimento da revolução no nosso país, as ilusões ainda reinantes no seio do povo a respeito das finalidades e capacidades desses órgãos do poder e das forças políticas que a eles se apresentam a concorrer, etc.

Concorrer às autarquias locais burguesas é de facto um acto reformista, pode dizer-se, mas os comunistas não se opõem às reformas, nem deixam de lutar por elas, na condição de elas favorecerem o desenvolvimento da revolução, a autonomia da classe operária na luta de classes, desde que nesse «reformismo» nenhumas ilusões acerca dos seus limites e do seu alcance sejam alimentadas ou permitidas.

Aquilo que distingue a táctica de um partido comunista da de um partido revisionista provém dos objectivos gerais que prosseguem e dos métodos que utilizam para os atingir. Um partido revisionista como o P«C»P tem (e sempre teve) como estrela orientadora de toda e qualquer táctica eleitoral o encobrimento da natureza intrínseca dos órgãos de poder para os quais se candidata ou para os quais apoia qualquer candidato. Esse ponto é sagrado! Desta vez vão concorrer a órgãos do Estado Democrático... e mais não dizem. A sua tese revisionista central é, e sempre foi, a de que os órgãos burgueses, democráticos ou fascistas, mudarão de natureza com a eleição dos seus militantes.

Assim, a estratégia do partido revisionista revela-se no encobrimento que faz da natureza burguesa do Estado actual. É a estratégia de conquistar por dentro o Estado do capital monopolista, de o conservar intacto no essencial, para seu próprio uso contra o povo. Exemplares, no que toca ao encobrimento total do carácter do Estado que querem conquistar por dentro, seja por eleições, seja por golpes militares ou constitucionais, são as afir-

mações de um artigo de fundo de «O Militante», onde nunca se toca na natureza de classe do actual poder e antes se afirma: «o regime fascista, ao destruir completamente a autonomia e a representatividade das autarquias locais, transformou-os em instrumentos burocráticos de opressão política, social e económica». Mas como actualmente terão deixado de o ser, conclui-se que, por um lado, os órgãos das autarquias locais são uma parcela do poder do Estado de grande importância económica, social e política, e que, por outro lado, são a parcela do poder de Estado mais directamente sob controlo das populações. Daqui qualquer revisionista deverá concluir que as outras parcelas do Estado actual estão sob o controlo das populações... mas menos directamente. Indo ainda mais longe, as teses do VIII congresso do partido revisionista consagram: «as autarquias locais, como parte do aparelho de Estado mais próximo das populações, como instrumentos essenciais para a resolução dos graves problemas e carências que se manifestam com grande diversidade e complexidade a nivel local, constituem uma importante frente de luta de massas».

4. AS ELEIÇÕES PARA AS AUTARQUIAS NA PRESENTE SITUAÇÃO POLÍTICA

A situação que se vive no nosso país continua a ter como traço dominante a instabilidade do poder político e a ser marcada por uma intensa disputa entre os sectores do grande capital pelo domínio exclusivo desse poder. Mas a existência dessas fricções no seio da classe dominante não pode fazer-nos esquecer que a Revolução continua a ser a tendência principal e que, por consequência, a instabilidade do poder político deve essencialmente ser entendida como uma prova cabal da incapacidade da burguesia para governar. Por isso, o que está em causa é, não só, saber qual dos centros da contra-revolução conseguirá hegemonizar o aparelho de Estado da burguesia, mas também saber se esse aparelho de Estado da burguesia, que corporiza a dominação do capital, conseguirá manter-se de pé.

O ano que agora chega ao seu fim foi marcado por um equilíbrio precário não só entre a Revolução e a contra-revolução, como também entre os dois centros da contra-revolução. O «segredo» do prolongamento dessa fase de equilíbrio encontra-se na posição expectante assumida pela pequena burguesia, a qual é a mais numerosa classe da nossa sociedade. Mas esta precária situação política ameaça ruir visto que o equilíbrio está prestes a romper-se.

Nisso desempenha um papel de relevo a actuação do governo PS, governo conciliador da pequena burguesia obrigado a agir «malgré lui» de acordo com os interesses do grande capital. As sucessivas medidas antipopulares aplicadas por esse governo que mais nada tem a oferecer do que demagogia, alienaram-lhe o apoio dos sectores do povo que nele confiaram. Mas ao mesmo tempo ele começa também a tornar-se imprestável para o grande capital. O papel histórico do governo PS, o qual era o de agir como folha de parra da contra-revolução enquanto esta se preparava para tomar as rédeas da situação, está prestes a chegar ao fim. Os dois principais sectores do grande capital, politicamente representados por fascistas e social-fascistas, acham que chegou o momento de se apossarem directamente do poder político sem ser por interposta pessoa.

É neste contexto que se realizam as eleições para as autarquias locais, o que significa que os seus resultados, bem assim como as próprias movimentações de massas que se venham a efectuar, revestem uma grande importância para saber qual vai ser o destino do governo PS e que espécie de governo lhe poderá suceder. Não será de admirar que depois de o P«C»P ter invocado a maioria parlamentar para justificar a sua entrada para o governo, e depois de o CDS ter especulado com a maioria presidencial para tentar impor uma solução diferente, não será pois de admirar que depois das presentes eleições se argumente com uma «maioria das autarquias» que possa servir de base à constituição de um novo governo. Essa é uma das razões porque tanto fascistas como social-fascistas estão a dar tanta importância a estas eleições.

Por outro lado, para os partidos burgueses, a importância das autarquias reside ainda no facto de as posições que possam vir a alcançar serem um poderoso trampolim para um mais intenso domínio de outros sectores do aparelho de Estado, tais como organismos de planeamento regional, serviços públicos e municipalizados, futuras Regiões Administrativas e respectivas Juntas Regionais, etc. Em suma, as autarquias poderão vir a ser um óptimo auxiliar na execução dos seus golpes e minigolpes de Estado.

Depois de tudo isto, pode pôr-se a pergunta: porque concorrem então os comunistas às eleições para as autarquias locais?

Tal como sucedeu nas anteriores eleições, os comunistas concorrem evidentemente para educar o povo na ideia de que, enquanto se processarem sob ditadura da burguesia, as eleições nunca poderão resolver os problemas essenciais das massas populares. Concorrem, claro está, para desmascarar a natureza de classe do Estado actual e explicar que ele deve ser destruído e substituído por outro diferente.

Mas no caso concreto das autarquias não concorrem só para isso. Mais atrás vimos já as particularidades inerentes a este sector do aparelho de Estado, e constatamos então que as autarquias se encontram em contacto directo com as massas — elas são, por assim dizer, a face visível do Estado por detrás da qual se encontra a máquina burocrática e repressiva.

A burguesia gosta de fazer crer que esses órgãos se encontram investidos de um grande poder e que é através deles que o povo pode exercer a sua vontade de uma forma directa. Mas a verdade é que o Estado supercentralizado, característico do capitalismo monopolista, não comporta essas fantasias. Usualmente as autarquias locais não desempenham mais do que uma função decorativa visto não disporem dos meios necessários para poderem desenvolver uma acção importante em prol do bem-estar do povo.

É claro °que, nessas circunstâncias, a eleição dos comunistas para as autarquias serve para desmascarar toda essa demagogia acerca da descentralização e do poder local. Mas tem outra utilidade. A plena mobilização do povo para lutar pelas suas necessidades colectivas locais, desde as carências de habitação, escolas, hospitais, assistência médica e comunicações até às deficientes condições de abastecimento de águas, esgotos, electricidade, alimentação, etc., essa mobilização é um pressuposto de todo o trabalho dos comunistas. Sem a força organizada dos residentes nas áreas das freguesias e municípios esses órgãos em nada poderão servir ao povo, ficando ao livre arbítrio dos interesses capitalistas e dos partidos burgueses colocados na sua gestão.

E isso mostra-nos como, se bem que as autarquias façam parte de um aparelho de Estado que pertence à burguesia, elas podem ser postas ao serviço da Revolução.

Utilizar as autarquias para reforçar o movimento popular e para reforçar os órgãos da vontade popular, tal é a política que preside à participação dos comunistas nas eleições para as autarquias locais. E dessa forma, o proletariado irá trabalhando para que no momento em que novos e decisivos confrontos de classe se venham a verificar na sociedade portuguesa, ele possa dizer que tem um Estado para substituir o Estado dos exploradores — esse Estado será aquele que nascerá precisamente do desenvolvimento e fortalecimento dos órgãos da vontade popular.